

Aposentado não pagará imposto

Rio — Reunida ontem, a comissão que está elaborando subsídios para a nova Constituição, aprovou a sugestão de que os aposentados (trabalhadores e servidores civis e militares) sejam isentos do pagamento de impostos, taxas e contribuições e que seus proventos deverão ser reajustados de acordo com as mesmas condições e na mesma época das categorias em atividades.

Aos aposentados serão asseguradas isenções fiscais sobre os proventos e sobre a atividade que vierem a desenvolver no mesmo ramo em que se aposentaram, desde que ministrem, nesta tarefa, seus conhecimentos de ofício ou de profissão.

A comissão garantiu, ainda, aos deficientes físicos a melhoria de sua condição social e econômica. Eles terão educação especial e gratuita. Ficam, também, proibidas quaisquer discriminações contra os deficientes em relação à admissão ao trabalho ou ao serviço público, sem prejuízo de salário.

TRABALHO

Direito de greve; estabilidade no emprego e fundo de garantia por Tempo de Serviço; legalização das comissões de fábrica; redução da jornada

de trabalho para 40 horas; fim da discriminação de idade para efeito de obtenção de emprego; e fim da proibição para que mulheres trabalhem em lugares insalubres em horários noturnos foram outros pontos aprovados ontem pela comissão. As sugestões, como outras decididas pelos Comitês temáticos, serão submetidas à reunião plenária da comissão, marcada para o próximo mês, no Hotel Glória, no Rio.

Para o empresário Antônio Ermirio de Moraes que teve o seu voto vencido com a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais, vai ser muito difícil competir com outros países que trabalham mais que o Brasil. Citou como exemplo a Indonésia, onde o regime é de 50 horas semanais e as condições de pagamento são até inferiores. Segundo ele, um país sem condições de competir no mercado internacional corre o risco de recessão e de desemprego e, conseqüentemente, da marginalidade.

A redução da jornada de trabalho também foi alvo, recentemente, de estudos pela CUT — Central Única dos Trabalhadores. A Câmara está examinando a matéria e, portanto, mesmo antes de chegar ao anteprojeto da Constituição, a medida poderá ser aprovada.

MEIO AMBIENTE

Pela primeira vez na história do País, a questão do meio ambiente será colocada na Constituição. A Comissão Provisória para Estudos Constitucionais vai levar ao Presidente da República, e, posteriormente, à apreciação da Assembléia Nacional Constituinte, proposta para que a decisão de instalação de usinas nucleares e hidroelétricas seja previamente aprovada pelo Poder Legislativo.

O transplante de órgãos humanos, diante de sua complexidade, foi a questão mais discutida, durante a reunião de ontem, do Subcomitê sobre Meio Ambiente, Saúde e Ciência e Tecnologia. Segundo o coordenador do comitê professor Eduardo Portela, a prévia declaração para o transporte é muito difícil, "porque ninguém aceita a idéia da morte".

Ele adiantou que o esforço dos membros do comitê está direcionado no sentido de estabelecer que, a partir do instante em que não haja manifestação do paciente, ficaria implicitamente autorizado o transplante. "Mas isto é um assunto muito polêmico, que irá se arrastar até a elaboração da nova constituição", comentou Eduardo Portela.